

Rosa Maria Sequeira (Lisboa)

As trevas e a luz: histórias de migrações para o Brasil*

Em 1976, Assis Brasil publica em Porto Alegre o primeiro dos seus romances, *Um quarto de légua em quadro*, que haveria de inspirar a longa metragem de Paulo Nascimento, *Diário de um novo mundo*. Esta co-produção de Portugal / Argentina / Brasil e Uruguai coincide com o lançamento da edição portuguesa em 2005.

O enredo abrange o período conturbado da formação das regiões coloniais no século XVIII e os primeiros assentamentos de europeus no continente americano numa altura em que a questão do Rio da Prata estava no centro das disputas luso-espanholas:

[...] as lutas pela posse da Colónia do Santíssimo Sacramento, fundada em 1680, e as tentativas de ocupação dos territórios que atualmente abrangem o Uruguai e o Estado do Rio Grande do Sul marcaram as disputas entre as coroas ibéricas na primeira metade do século XVIII (Rezende 2006: 194).

Através de um novo acordo, que passou a ser conhecido por ‘Tratado de Madrid’ e que vinha revogar o antigo Tratado de Tordesilhas de 1494, as duas coroas ibéricas tentaram solucionar o conflito latente estabelecendo novos limites coloniais na região do Sul do Brasil e Rio da Prata: A Colónia do Sacramento, atualmente território do Uruguai e que então pertencia à coroa portuguesa, passaria para o domínio espanhol, e em troca, a Espanha dava a Portugal o território dos sete povos das missões religiosas na margem oriental do Rio Uruguai. Na prática, conforme mencionam vários estudos sobre o assunto que reconhecem a extrema importância deste tratado para a constituição de um espaço físico de grande dimensão em que assentaria futuramente o estado do Brasil, Portugal perderia o domínio do comércio e contrabando do rio da Prata, mas passaria a poder explorar o ouro de Mato Grosso e Goiás.¹ No entanto, esta solução, que parecia satisfazer os interesses imediatos das duas coroas, não tomava em conta a civilização que jesuítas e guaranis tinham construído naqueles locais. Perante a ordem superior que os

* Este artigo também será publicado num livro das atas do Encontro dos Lusitanistas Alemães de Munique (2009), editado por Dietrich Briesemeister e Axel Schönberger.

¹ Para este assunto, ver, por exemplo, Rezende (2006).

obrigava a abandonar tudo, alguns jesuítas chegam a colocar-se contra os colonizadores e a própria igreja ao tentar proteger os índios e as suas terras, situação que é explorada no filme de Roland Joffé, *The Mission* (1986), que obteve a Palma de Ouro de Cannes.²

A resistência à deslocação de gentes e civilizações deu azo à Guerra Guaranítica, durante a qual os dois governos ibéricos se aliaram contra os indígenas e padres jesuítas que se recusavam a sair das missões, e teve impacto nos difíceis trabalhos de demarcação dos limites das terras que, pela oposição suscitada, chegaram a durar anos. A esta dificuldade se acrescentavam os desencontros entre as comissões e expedições da delegação portuguesa e espanhola, obrigadas a esperar uma pela outra, enquanto na Europa se anulavam sucessivamente resoluções firmadas e se iam assinando novos acordos, cada um revogando o anterior. Por vezes, quando a notícia dessas alterações chegava ao destino, já outras vigoravam.³ No dizer do General Gomes Freire de Andrade, que comandava a delegação portuguesa e assume algum protagonismo nesta obra de Assis Brasil,

[...] as negociações para o tratado, inicialmente sérias, foram descambando para a comédia (Brasil 2005: 115).

Nesta atmosfera trágico-cômica se passa a ação do romance. O sentimento de amizade aparente entre espanhóis e portugueses e o clima de instabilidade e desconfiança mútua são uma menção constante, por exemplo, na adulteração do nome do Marquês Vale de Lírios, que comandava a delegação espanhola para a partilha e demarcação de terras, para Marquês Vale de Cobras, e na deliciosa recomendação do general Gomes Freire:

Nunca acredite num espanhol nem que ele seja seu pai! (Brasil 2005: 120).

² Entre a cruz e a espada, os jesuítas tinham o dilema de se manterem fiéis à coroa, perdendo assim a confiança dos indígenas, ou de se colocarem ao lado destes, com o risco de serem considerados rebeldes e traidores. Este problema moral teve impacto, não só nas vidas que foram sacrificadas, mas também na expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e demais domínios do reino em 1759 pelo Marquês de Pombal que lhes atribuía a culpa da resistência indígena.

³ Ao tratado de Madrid se sucederam outros tratados como o de El Pardo (1761), de Santo Ildefonso (1777), novamente o de El Pardo, agora assinado em 1778 e de Badajós (1801), cada um anulando o anterior.

A conflitualidade de que a narrativa histórica dá testemunho é encenada na situação ficcional de várias formas, sobretudo restaurando o sofrimento do colonizador, um grupo de vítimas que, envolvido em teias de política estratégica, tem merecido menos atenção do que outros grupos que participaram no processo da colonização.

Na sequência do tratado, impunha-se a apropriação efetiva dos lugares, até então apenas ocupados pelos indígenas e jesuítas, pelo que o governo de D. João V prometeu facilidades e um quinhão de terra à população portuguesa das ilhas. Os açorianos foram os primeiros europeus a emigrar para o Brasil, nomeadamente para o Rio Grande do Sul, sem saberem, num primeiro momento, o seu papel na estratégia política que se desenhou, isto é, ignorando que seriam destinados «a bucha do canhão» (Brasil 2005: 36), como mais tarde reconhecem com amargura.

Na história oficial, o edital do rei oferecia inúmeros atrativos, segundo se pode constatar pelo documento extraído dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul pelo qual se depreende que a «política dos casais» tinha por objetivo estabelecer núcleos agrícolas:

E logo que chegarem aos sítios que hão de habitar se dará a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua, e no primeiro ano se lhes dará a farinha que se entende basta para o sustento, que são três quartas de alqueire da terra por mês para cada pessoa, assim dos homens como das mulheres; mas não às crianças que não tiverem sete anos e aos que tiverem até os quatorze se lhes dará quarta e meia para cada mês. Os homens que passarem por conta de S. M. ficarão isentos de o servir nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois anos nos sítios que se lhes destinarem; aonde se dará a cada casal um quarto de légua em quadra para principiar a sua cultura, sem que se lhe levem direitos nem salário algum por esta sesmaria e quando pelo tempo adiante tenham família com que possam cultivar mais terra a poderão pedir ao Governador do distrito, que lha concederá na forma das ordens que tem nesta matéria (Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul 1747: 1).

O «quarto de légua em quadra» prometido no edital, equivalente a uma sesmaria, significava um grande latifúndio e a esperança de uma vida melhor para a população das ilhas. Dada a miséria em que viviam e a representação que era feita do Brasil como terra próspera e fecunda, os açorianos acorreram em massa e, num ano, chegavam ao Brasil mais de mil e quatrocentas pessoas.

A imigração açoriana narrada por Assis Brasil inicia-se com o drama da viagem, passa pela deceção da chegada e termina com a errância que nunca mais parece ter fim: do Desterro, onde os ilhéus aportam, passam pelo porto de Rio Grande, e depois por Viamão, onde provisoriamente

ficam nas terras que pertenciam a criadores de gado,⁴ para poderem depois, hipoteticamente, ocupar as terras das missões. Assim, o seu pedaço de terra prometida vai sendo cada vez mais difícil de alcançar e se torna cada vez mais distante.

A acompanhá-los na viagem vai, simbolicamente, a *Utopia* de Thomas Moore, livro trazido por um médico açoriano que, embora não aspirando ao quinhão de terra, espera poder expulsar na nova vida os seus demónios íntimos, o seu desgosto pela morte recente da mulher e o facto de não a ter podido socorrer à hora da morte. Para o comandante do navio, a viagem significava a hipotética riqueza, os «sonhos de fortuna e solar e lacaios perfilados» (Brasil 2005: 27). Os restantes acreditavam num real incerto, mas até certo ponto possível, um verdadeiro novo mundo que, embora imaginário, lhes era agora destinado e poderia fazer ultrapassar as injustiças e desigualdades do mundo em que tinham vivido até aí.

Se o médico não consegue cumprir a sua catarse, sucumbindo no final, juntamente com muitos dos seus companheiros por quem intercede e que tão desesperadamente pretende socorrer, também o comandante vê os seus sonhos se desfazerem logo que o navio aporta no Desterro, em Santa Catarina, e é diretamente acusado pelo governador, o Coronel Manuel Escudeiro, quando este se inteira das dezenas de doentes e mortes ocorridas:

O senhor não é comandante de barco, é um bandido! (Brasil 2005: 34).

Muito menos os emigrantes açorianos conseguirão realizar os seus sonhos que se revelam uma utopia, uma vez que a administração local não possuía os meios para fazer cumprir o edital do rei:

A verdade [...] a verdade é que estamos pobres, famintos, e sem auxílio de Lisboa. Do prometido, que recebi? Pouco ou quase nada para dar a esta gente. E como vou dar o que não possuo? Onde estão as enxadas, os animais, o grão, as ferramentas? (Brasil 2005: 34).

Já estou meio doido, pode acreditar, de tanto escrever ao rei pedindo dinheiro (Brasil 2005: 43),

confidencia o Coronel Escudeiro ao médico.

⁴ Os militares estancieiros que se dedicavam a esta atividade eram também provenientes dos Açores e tinham vindo em 1737 com a expedição de Silva Paes ou a contrabando em navios mercantes. Tendo chegado primeiro, tiveram a sorte de conseguir terras devolutas das que tinham sobrado das que foram dadas aos militares. A gente recém-chegada vinha ameaçar os seus privilégios.

Nesta jornada, a terra prometida vai sendo sucessivamente adiada e cada vez mais utópica. Os espaços provisórios por onde passam vão-se revelando não-lugares e impossibilidades de permanência. Entre o convés e o porão do navio, começam por não ter sequer um lugar para dormir:

Encostam-se uns aos outros e cochilam, por falta de espaço. Um sono agitado, frequentemente interrompido pelos marinheiros, durante suas idas e vindas. Têm sorte quando não chove pois estamos num navio sem cobertura e as chuvaradas da estação alagam de ponta a ponta o convés [...] Os destinados ao porão certamente são mais privilegiados, pois dormem abrigados. O ar, porém, fica tão morno e abafado que às vezes até a respiração é difícil. É tal o cheiro a azedo que causa repugnância descer até lá. Na pressa, muitos não têm tempo de subir e acabam vomitando no chão e, quando há muita gente, não perdoam nem seus próprios companheiros de viagem (Brasil 2005: 19).

Na chegada ao Desterro, em «desorganização completa» (Brasil 2005: 36), a situação repete-se: «nas casas, pouquíssimas, não há lugar, e o jeito é ir fazendo das igrejas hospedarias, assim como dos quartéis» (Brasil 2005: 38); E irá repetir-se sempre nos outros lugares por onde passam, obrigando-os a ficar «empilhados como chouriços em armazém» (Brasil 2005: 174).

A partir dessa altura, a viagem passa de ação voluntária a ato imposto e não é por vontade própria que muitos continuam. Porém,

[...] já não se interrogam muito. Aceitam. Tocados de lá para cá, como gado manso. A viagem foi um noviciado. Pôs por terra tudo o que poderiam ter de dignidade. Agora só obedecer (Brasil 2005: 37).

Lúcia Buzzeto, no seu trabalho sobre o romance, sublinha o sentimento de abandono experimentado pelos colonos:

A deceção e o sofrimento da chegada são dilacerantes, pois fazem com que os colonos percebam que esse *lugar da salvação* não existe, que estão agora desprotegidos, sozinhos num mundo muito diferente da rotina das Ilhas. Sentem-se órfãos, abandonados por uma pátria que não os quer como filhos (Buzzeto 2003: 88).

Para descrever a aventura açoriana, Assis Brasil escolhe o testemunho individual e comentado de uma antiodisseia moderna que acentua as dificuldades do caminho num registo realista em forma de diário. Gaspar de Fróis, o médico recém-viúvo proveniente da Ilha Terceira, é o narrador que redige o diário da viagem. Os únicos a saber ler são ele, o comandante do navio, Eleutério, e um fidalgo que nada tinha herdado em

virtude da lei da primogenia, D. Pedro de Souza, que também aspira ao seu «quarto de légua em quadra».⁵

Constituindo-se como um diário da catástrofe na primeira pessoa, a narrativa exprime uma posição pessoal de alguém mais esclarecido perante uma situação dramática que arrastava um contingente humano como peças de xadrez e assim assume em pleno a linha da literatura de testemunho que relaciona a literatura e a violência, relação que Valeria De Marco descreve nos seguintes termos:

A matéria do testemunho trata exatamente das impossibilidades de reconstrução da harmonia perdida, da destruição de parâmetros de estruturação social, da perda de referenciais de identidade, da perda da confiança no mundo (De Marco 2004: 54).

O testemunho do narrador, ao resgatar a história deste grupo marginalizado e oprimido, possibilita um contraponto à história oficial bastante diverso quer do sublinhar da agressão europeia imperial (na linha do filme de Roland Joffé já referido ou até de uma grande parte dos estudos pós-coloniais) quer da celebração estereotipada da história nacional colocando a tónica no heroísmo e no destino imperial português.

Sendo médico, Gaspar de Fróis tem um estatuto de proeminência e um papel de mediador, não só enquanto figura paternal de quem todos dependem e a quem recorrem, mas também enquanto interlocutor do poder. É ele que é convidado para jantar na cabine do comandante, que é chamado à presença dos vários governadores locais que lhe fazem confidências e que testemunha o encontro do General Gomes Freire com o Marquês espanhol Vale de Lirios nos trabalhos de demarcação das terras. Ele é, de início, o narrador clarividente por entre personagens vulneráveis, angustiadas e enlouquecidas, mas que, pouco a pouco, exausto de tanto ver morrer e enlouquecer, vai ajustando contas consigo próprio, culpabilizando-se demasiado, até ele próprio ficar tresloucado. No final, a sua morte simboliza a morte de todos e o seu pressentimento da desgraça traduz-se nos factos reais da Guerra Guaranítica (que eclodiu em 1753, no ano seguinte à conclusão da narrativa, quando o médico desaparece deixando o testemunho do seu diário) e da invasão do Rio Grande pela Espanha, em 12 de maio de 1763.

⁵ Esta lei fazia recair o direito hereditário apenas sobre o filho primogénito das famílias.

Não sendo sobrevivente, o narrador é uma «testemunha integral» com o pleno direito a falar⁶ e, ao mesmo tempo, passa do lugar de fronteira onde antes se encontrava para a zona de catástrofe criada pela «violência de Estado».⁷ Na medida em que a sua morte simboliza a de todos os seus companheiros sacrificados, *Um quarto de légua em quadro* pretende ser um *requiem* pelos primeiros colonos portugueses.

Passo agora a tratar de uma narrativa com final feliz da mesma viagem feita por uma família árabe quase dois séculos depois. Em *Nur [luz] na Escuridão*, romance publicado em 2000, Salim Miguel conta a viagem do Líbano para o Brasil empreendida pelos pais e um tio em 1927.

Os dois romances inserem-se na linha da narrativa de registo psicológico intimista em que a componente histórico-documental objetiva se equilibra com as notas emocionais. Na sua diversa intenção, eles produzem uma singular oposição nos termos pelos quais o fenómeno da imigração e integração é descrito e no modo como o passado é recuperado e redimensionado. Constituindo um caso de sucesso, e concordando com estudos sociológicos sobre a imigração árabe,⁸ a trama romanesca, embora com momentos críticos, é bastante diversa da trajetória de horrores da narrativa de Assis Brasil. Será interessante vermos porquê.

A emigração sírio-libanesa para o Brasil ocorreu em força a partir de 1880 e a isso não terá sido indiferente a boa impressão causada por D. Pedro II, que falava árabe fluentemente, na sua visita ao Oriente (Líbano, Síria e Palestina) em 1876. Nesta visita D. Pedro terá incentivado a emigração, prometendo um bom acolhimento.⁹

A pobreza e a opressão do domínio turco-otomano motivaram esta diáspora que se prolongou no tempo. Continuando a vir já no século XX pelos dois «ciclos da borracha» para regiões como a Amazónia e cidades portuárias como Manaus e Belém, os imigrantes provenientes das montanhas e zonas rurais da Síria e do Líbano chegaram ao «país exótico e distante» da América de forma autónoma e sem qualquer estrutura de apoio. A sua sobrevivência e integração deveram-se à solidariedade mútua.

⁶ Na conceção de Primo Levi, a quem se devem as reflexões pioneiras sobre a literatura de testemunho, o sobrevivente não pode testemunhar em pleno a experiência do não sobrevivente. Uma vez que a experiência de um e outro não podem ser semelhantes, o direito à fala estaria comprometido.

⁷ Utilizo uma expressão de Valeria De Marco no já referido estudo (2004).

⁸ Vveja-se, por exemplo, Techima (2005).

⁹ Roberto Khatlab, que tem estudado a imigração libanesa no Brasil, refere este incentivo do rei, impressionado com o dinamismo dos libaneses durante a sua viagem ao médio oriente.

Qualquer imigrante árabe era recebido em casa de outro, mesmo que não fosse amigo ou parente, e as famílias muitas vezes iam ao cais esperar pelos navios que chegavam para prestar apoio.¹⁰ Em comunidades que tentavam sobreviver no amanho da terra e na criação de gado leiteiro e aves, os libaneses dedicavam-se ao comércio, uma necessidade imposta pelas circunstâncias e não uma vocação. No início eram vendedores ambulantes ou mascates e depois empregavam-se em lojas de propriedade familiar.

Quando a família Miguel chegou ao Rio de Janeiro, as primeiras dificuldades deviam-se à falta de domínio do português:

[...] o que lhes chega é uma verdadeira babel, os mais diferentes falares se cruzam, palavras esdrúxulas lhes agridem os ouvidos, sotaques e pronúncias que não têm como identificar (Miguel 2004: 77).

Mas a primeira palavra de português aprendida, «luz», de certo modo simboliza a integração bem sucedida. Outro dos muitos obstáculos enfrentados é o desconhecimento da dimensão do Brasil, pois projetavam a representação que tinham do seu próprio país, o Líbano, onde se pode esquiar e ir à praia no mesmo dia, e imaginavam que, chegados ao destino, poderiam localizar facilmente amigos ou parentes. Um outro obstáculo ainda é a discriminação de que são alvo. Mesmo na heterogeneidade e multiculturalidade brasileiras, os imigrantes árabes sofriam a exclusão do nome «turcos» ou «gringos» e, por vezes, eram alvo de boicote,¹¹ o que os obrigava a mudar de lugar de residência frequentemente como se fosse uma maldição.

Se o interminável recomeço é a condição comum do imigrante português e libanês, cada um deles vive outro tempo e outras circunstâncias no projeto de acomodação no novo território. Passo a elencar alguns fatores que, a meu ver, tiveram importância para a representação, tendencialmente feliz ou infeliz, de aceitação ou revolta pelas expectativas defraudadas:

- a maior desolação que os ilhéus encontravam na chegada ao Brasil, ainda sem marcas de civilização;

¹⁰ Veja-se Techima (2005: 52).

¹¹ Miguel relata o boicote à loja de comércio da família, incitado pelo padre numa comunidade de origem alemã, que descreve como «um povo devoto, sincero, cheio de fé e de uma obediência cega ao dirigente religioso» (Miguel 2004: 97). A personagem do padre é, nos dois romances, caracterizada bastante negativamente. Na obra de Assis Brasil, o padre é retrógrado e desumano, opõe-se à ação benéfica do médico e ao socorro que ele presta aos companheiros de viagem.

- um maior sentimento de logro e abandono para quem foi alvo de «mil promessas», vindas do poder real que se tinha mostrado depois indiferente;
- o maior individualismo face ao seu próprio grupo que contrastava com a maior solidariedade dos libaneses;
- a total dependência em relação ao poder que impedia qualquer livre iniciativa do lado português em contraponto com a maior autonomia de que gozavam os libaneses.

Detenhamo-nos um pouco mais em cada um destes pontos:

A desolação, a terra intocada e a falta de marcas humanas era a primeira impressão que os ilhéus tinham quando desembarcavam. Mesmo as edificações mais nobres nos lugares mais desenvolvidos eram incipientes, conforme relata o médico:

Sentado à mesa em que escrevo, estou vendo o forte do Rio Grande. Precário, daqui. Parece muito frágil. Nenhuma pedra. Só uma elevação coberta aqui e ali com capim. Esborado em alguns pontos. Dá a impressão de que se trata de uma formação natural e não de um forte» (Brasil 2005: 66).

A casa do governo, dentro do presídio, «não passa de uma choupana, pouco melhorada» (Brasil 2005: 69). Quando chegavam, os ilhéus não tinham sequer onde dormir, abrigando-se nas soleiras das portas ou mesmo dormindo ao relento. Mais tarde,

[...] arrancham-se como podem. Em um fundo de quintal. Na casa de algum parente que chegou antes. Outros resolvem erguer choupanas precárias, com paredes de barro, em algum pedaço de campo emprestado. Por sorte são gente de boa paz e ajudam-se uns aos outros (Brasil 2005: 86).

Mas esta desolação, que significava a ausência de referências simbólicas inseridas num território, a falta de ritos, símbolos e instituições, tinha um efeito ainda mais devastador na perda de identidade dos imigrantes e no exílio de si mesmos. Conforme mostraram Marie Louise Pratt (1992) e Tânia Carvalhal (1997), as representações de um modo de ser particular que possam ser reconhecíveis por outros (práticas religiosas e monumentos públicos, por exemplo) são apropriações estratégicas das zonas de contacto, e, sobretudo, ao assegurarem uma existência real, desempenham um importante papel para a obtenção de uma consagração oficial e institucionalizada da identidade política e jurídica. Isso pode explicar a prioridade das comunidades em erguer igrejas, uma prioridade não totalmente compreendida por Gaspar de Fróis em face de outras necessidades mais prementes. Mas esses monumentos constituem-se como o

território intelectual e afetivo de referência essencial para a construção da própria identidade. Antes da emigração libanesa ocorrer em força, isto é, antes da «abertura dos portos às nações amigas» em 1808, os primeiros colonos viviam num real irreal de ausência de referências onde era difícil «manter a cabeça certa no meio da insânia» (Brasil 2005: 173).

Perante as promessas não cumpridas, especialmente o constante adiamento do «quarto de légua em quadra» que era o principal objetivo das famílias, o sentimento de frustração e abandono é maior. «Prometeram mil promessas e cumprem mil desenganos» é a frase sentida e dita que resume este estado de espírito. O edital do rei foi ignorado na totalidade e, sem quaisquer meios e terra para se instalarem, os açorianos, que tinham simultaneamente a consciência do latifúndio e a da sua falta, sentiam-se abandonados, sem rei, sem pátria e sem apoios.

Todas as personagens contam apenas com o médico, Gaspar de Fróis, para intervir a seu favor:

Aaaaaaaaiiiiiiii! Aaaaaaiiiiiiii! Nos abandona o paizinho! – Agarrava-se à minha perna.
– Que será de nós? Aaaaaaiiiiiiii! Que será? Olhou-me com fúria. – Um pai não faz isso ao filho! (Brasil 2005: 180).

Mas Fróis começa a estar demasiado alterado, quer com o seu infeliz romance amoroso quer com o confronto dos constantes pedidos de socorro que lhe chegam.

Já a atividade de comércio ambulante dos libaneses não se apoiava na posse da terra e, embora, a boa receção prometida por D. Pedro II não se traduzisse em qualquer iniciativa política, não os obrigava ao confinamento a um espaço determinado pela administração e dava-lhes ainda o acesso à informação que fazia deles a fonte mais confiável ao tempo. A migração libanesa devia-se a iniciativas individuais utilizando redes familiares, e nesta medida distinguia-se da imigração organizada provinda de outros países como a Itália, por exemplo, pelo que à partida não havia qualquer expectativa de apoio governamental.

O individualismo dos imigrantes açorianos é dado por algumas notas pontuais, por exemplo, o caso do jovem que, durante a viagem, foi surpreendido a roubar na despensa, tendo morrido assassinado pelos companheiros, ou a falta de solidariedade dos militares estancieiros que se tinham instalado primeiro vindos com a expedição de Silva Paes em 1737 e que sentiam a ameaça das novas vagas de imigração:

Eu estou na terra desde 48. Fui do primeiro navio que chegou aqui. Eu e os outros, até agora, somos gente moça, e sadios. E agora, que nos mandam? Velhos, gente cambaia, um ou dois cegos, criança que não acaba mais, doentes de todo o tipo, um mundo de imprestáveis. [...] A gente já está plantando direitinho, já começa a colher – viu o

armazém? Cada um tem o seu pedaço. E assim, sem mais nem menos, aparece esse povaréu saído do cemitério! A gente ajuda, dá farinha, acomoda aqui, acomoda ali, porque afinal são das Ilhas, como nós. Mas primeiro temos que pensar nos nossos! (Brasil 2005: 63).

Para os militares estancieiros que faziam a criação de gado, os novos colonos são invasores e uma ameaça à estabilidade conquistada. Mas esta oposição também advém de não reconhecerem validade à política governamental, assente na produção agrícola, por a considerarem desadequada à realidade local num tempo de guerrilha:

Trazer gente e gente para cá não resolve nada. Se somos atacados, que vão fazer? Não estão acostumados à luta. Correm no primeiro tiro. Os estancieiros é que podem defender a terra, porque cada um é, de certo modo, no seu campo, o comandante, e seus agregados são os soldados. Agora, que fazem? Dividem a terra em pedacinhos, dão um a cada colono. Para quê? Ficar plantando milho, abóbora, mandioca e fazendo filhos? Gado não dá para criar naqueles terreninhos que estão ganhando (Brasil 2005: 76).

O sentimento de frustração abrangia, pois, todos os grupos, e só muito mais tarde se mostra benéfica a troca de experiências entre a antiga sociedade de guerreiros e campeadores e a nova sociedade, mais estável e gregária, que se configurava com os ilhéus:

Os colonos recém-chegados começam a fazer um queijo não totalmente ruim. Os que já estavam aqui, se ensinam algumas coisas aos novos, têm aprendido muito com os ilhéus. Os antigos moradores, em geral aventureiros paulistas, tropeiros de má catadura, habituados a correr gado alçado pelo campo, agora têm vislumbrado um novo modo de vida, mais sóbrio, mais doméstico. Mais afamiliado (Brasil 2005: 90).

Um ponto nuclear da obra de Assis Brasil é a apresentação de diferentes faces do estrangeiro nos conflitos de vivências, pois os ilhéus sentem-se estranhos até entre os seus num ambiente hostil que os via como usurpadores.

Se os libaneses não podiam contar com qualquer apoio do governo local na sua atividade comercial também não lhe sofriam os entraves. A sua independência face ao poder e o seu mais elevado nível de educação propiciavam a iniciativa própria ao invés do sentimento de impotência dos açorianos, cujas vontades e iniciativas eram contrariadas por uma máquina administrativa que não funcionava. Os ilhéus estavam inseridos num regime político feudal, em que os governadores, representantes diretos do poder real, tomavam todas as decisões e a obediência era devida, funcionando o Estado como repressor dos homens.

Por isso, há uma infantilização progressiva das personagens de Assis Brasil, tal como sucede com a figura do camponês na alegoria de Kafka *Diante da Lei*. Qualquer ausência do médico, «o paizinho», era encarada com terror pois ele era o único que lhes poderia valer.

Para finalizar, seria tentador perspetivar estas duas narrativas pelas teorias de Bhabha, pela sua rejeição da identidade como estado imutável e pela sua evocação de um mundo mestiço. Os dois romances são exemplos da identidade póscolonial, essencialmente fluida, híbrida e nómada e os autores a celebram como tal, retratando personagens que assumem como antepassados, ao mesmo tempo que pretendem uma saga que esclarece aspetos culturais mais abrangentes do Rio Grande do Sul, assim desafiando os limites entre ficção e documento.¹² Ambos elegem também uma perspetiva da narração conduzida por uma personagem chave que participa dos acontecimentos e é um decisivo *locus* crítico. Dessa perspetiva vantajosa, simultaneamente um lugar de pertença e não pertença, são reconstituídas histórias felizes ou infelizes que, fenomenologicamente, contrariam a história oficial e se opõem à visão de futuro do General Gomes Freire, empenhado na construção do território brasileiro. Nessa visão do poder político, que a obra de Assis Brasil não deixa de contemplar também, nada, nem o pecado original do sofrimento dos primeiros colonos, poderá impedir o Brasil de conquistar a sua grandeza.

Referências bibliográficas

- Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1747): «Registo do edital que S. M. mandou imprimir para os moradores das Ilhas dos Açores e casais e todas as mais que se quisesse alistar por povoadores deste estabelecimento e Santa Catarina», em: <<http://www.fuj.com.br/files/O9HEwgEMBOoKn5s.doc/>> (acesso em 3 de setembro de 2011).
- Brasil, Luiz António de Assis (1978): *A prole do corvo*, Porto Alegre: Editora Movimento.
- Brasil, Luiz António de Assis (1981): *Bacia das almas*, Porto Alegre: L&PM.
- Brasil, Luiz António de Assis (2005): *Um quarto de légua em quadro*, Horta: Direção Regional das Comunidades; Editora Movimento [1976].

¹² Este romance de Assis Brasil é o primeiro de uma trilogia. Seguir-se-ão *Prole do corvo* (1978) e *Bacia das almas* (1981). Esta trilogia constitui um amplo painel da história do Rio Grande e o próprio Salim Miguel (2002) dá dela notícia nos seus textos críticos.

- Buzzetto, Ana Lúcia Leal (2003): «Um quarto de légua em sonho», dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Maria, em: <<http://www.laab.com.br/DissertacaoAnaLucia.doc>> (acesso em 3 de agosto de 2011).
- Carvalho, Tânia Franco (1997): «O próprio e o alheio no percurso literário brasileiro», em: Cristóvão, Fernando / Ferraz, Maria de Lourdes / Carvalho, Alberto (eds.) (1997): *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*, Lisboa: Cosmos, págs. 35-46.
- De Marco, Valéria (2004): «A literatura de testemunho e a violência de estado», em: *Lua Nova* 62, págs. 45-68, em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf/>> (acesso em 2 de outubro de 2012).
- Kafka, Franz (1925): «Diante da lei», em: *O processo*, em: <http://www.esquerda.net/media/Diante_da_lei.pdf/> (acesso em 3 de setembro de 2011).
- Khatlab, Roberto (sem ano): «Líbano: guia turístico e cultural», em: <<http://www.libanoshow.com/home/khtlab/dpedro.htm>> (acesso em 7 de setembro de 2011).
- Miguel, Salim (2002): «Uma saga dos pampas», em: Miguel / Techima (2002: 43-45).
- Miguel, Salim (2004): *Nur na Escuridão*, Rio de Janeiro: Topbooks [2000].
- Miguel, Salim / Techima, Stefania (2005): *Vidas em trânsito: as ficções de Samuel Rawet e Milton Hatoum*, Rio de Janeiro: Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Pratt, Marie Louise (1992): *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*, London; New York: Routhledge.
- Rezende, Tadeu Valdir (2006): *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição de fronteiras*, São Paulo: Universidade de São Paulo, em: <http://www.teses.usp.br/.../TESE_TADEU_VALDIR_FREITAS_REZENDE.pdf/> (acesso em 8 de agosto de 2011).
- Techima, Stefania Chiarelli (2005): «O relato híbrido do imigrante», em: Miguel / Techima (2005: 48-84).